



# O ESPAÇO CÍVICO É O NOSSO ESPAÇO

*UMA AGENDA DE PROTEÇÃO  
DA DEMOCRACIA*





# Realização

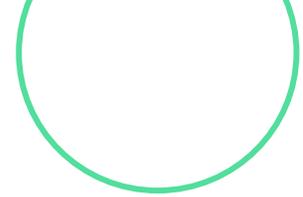


**INSTITUTO IGARAPÉ**  
a think and do tank

# Parceiros

**342AMAZONIA**

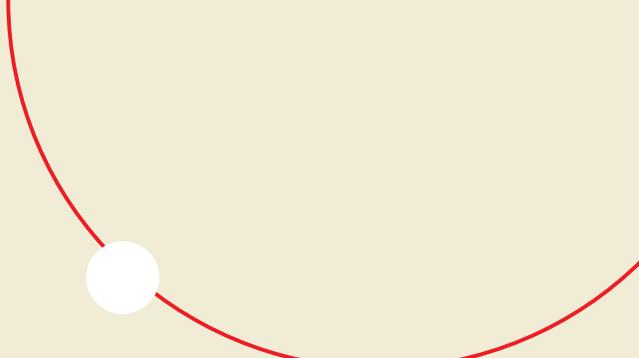




# Parceiros



# Índice



<b>POR QUE ESTAMOS PROPONDO UMA AGENDA DE PROTEÇÃO DO ESPAÇO CÍVICO E DE DEFESA DA DEMOCRACIA?</b> .....	1
--	---

<b>POR QUE PRECISAMOS DEFENDER O ESPAÇO CÍVICO?</b> .....	2
---	---

Fortalecer a cultura democrática .....	2
--	---

Proteger as liberdades fundamentais .....	3
---	---

Salvaguardar a finalidade das instituições e dos mandatos .....	4
---	---

<b>CONHEÇA OS EIXOS E AS PROPOSTAS DA AGENDA</b> .....	5
--	---

Eixo I: Participação da sociedade civil .....	5
---	---

Propostas .....	5
-----------------	---

Eixo II: Acesso à informação e livre circulação de ideias .....	7
---	---

Propostas .....	7
-----------------	---

Eixo III: Combate à desinformação e repúdio ao discurso estigmatizante .....	9
--	---

Propostas .....	9
-----------------	---

Eixo IV: Retomada da finalidade democrática das instituições e salvaguarda do interesse público .....	11
---	----

Propostas .....	11
-----------------	----

# O ESPAÇO CÍVICO É O NOSSO ESPAÇO

## POR QUE ESTAMOS PROPONDO UMA AGENDA DE PROTEÇÃO DO ESPAÇO CÍVICO E DE DEFESA DA DEMOCRACIA?<sup>1</sup>

O espaço cívico — a esfera pública onde cidadãs e cidadãos se organizam, debatem e agem para influenciar as políticas públicas e os rumos de nosso país — está sob ataque. Governos populistas e autoritários no Brasil e mundo afora estão fechando canais de participação e engajamento cívico, censurando o debate público e perseguindo acadêmicos, artistas, ativistas, cientistas e jornalistas, para que se calem. Isso ameaça e restringe nossos

direitos e liberdades fundamentais, diminui a transparência e a efetividade das ações dos governos, além de, em muitos casos, desviar a finalidade pública dos mandatos.

Por isso, o fechamento do espaço cívico representa um ataque direto à democracia. É no fim das possibilidades de diálogo, de debate e de construção de consensos mínimos que ela sucumbe. Uma sociedade democrática precisa de canais de comunicação para interagir, de transparência para monitorar as ações dos governos, e de liberdade para pensar, se expressar, criticar, se organizar e agir. Sem isso, é pouco provável que o interesse público e as reais necessidades da população sejam as prioridades dos líderes eleitos.

A democracia é um processo constante de construção e de busca da realização dos direitos e deveres de todos, e por isso, jamais estará plenamente consolidada e estabilizada. A sua defesa precisa ser um exercício diário e rotineiro. A ascensão recente de líderes populistas-

<sup>1</sup> A agenda “O Espaço Cívico é o nosso espaço” foi escrita a muitas mãos e contou com a colaboração de dezenas de pessoas que contribuíram com ideias, críticas e edições para melhorar seu conteúdo. No Instituto Igarapé, ela foi redigida por Daniel Calarco, Ilona Szabó, Maria Eduarda Assis e Renata Avelar Giannini, além de contar com a cuidadosa revisão e edição de Dandara Tinoco e Melina Rizzo. Ao mesmo tempo, ela foi fruto de um processo de construção a partir de reuniões e consultas com diversas organizações da sociedade civil. Gostaríamos de reconhecer e agradecer os aportes feitos por: Aline Vioto, Ananda Endo, Bruna Rodrigues, Camila Asano, Flávia Pellegrino, Fé Império, Joana Amaral, Juliana Vieira Santos, Letícia Klein, Maitê Gauto, Márcio Black, Mariana Lyrio, Marina Rongo, Martha Ysis, Nicole Verillo, Paula Storto, Pedro Kelson, Rebecca Groterhorst, Rogenír Costa, Solange Helena, Thaise Kemer.

autoritários — que vêm minando a democracia por dentro — mundo afora, gerou a necessidade de elaboração de uma agenda de defesa do espaço cívico. É sabido que o enfraquecimento democrático é anterior ao surgimento dessas lideranças em países como Brasil, Filipinas, Hungria, Polônia e Turquia, e não cessará somente com a eleição de líderes responsáveis. A consolidação democrática exigirá eterna vigilância, que, por sua vez, virá do crescimento do engajamento e da ação cívica.

Com base em tais premissas, a agenda “O Espaço Cívico é o Nosso Espaço” foi elaborada para inspirar a sociedade civil nessa grandiosa e fundamental missão. As propostas aqui dispostas podem ser utilizadas por lideranças cívicas de todos os setores da sociedade, meios de comunicação, além de cidadãos e cidadãs, que devem buscar a articulação com os representantes dos três poderes do Estado, nos três níveis da Federação, para que, conjuntamente, atuem ativamente na defesa e promoção do espaço cívico e da democracia.



## POR QUE PRECISAMOS DEFENDER O ESPAÇO CÍVICO?

### *Fortalecer a cultura democrática*

A cultura democrática consiste em um conjunto de princípios e práticas, garantidos em nossa Constituição, que fortalece a participação popular e dissemina o entendimento de que o próprio cidadão tem o poder de transformar a sociedade na qual se insere. Uma cultura democrática fortalecida contribui para a proteção do espaço cívico, na medida em que enfatiza a importância do diálogo e da tolerância, bem como da colaboração social — que envolve a abertura ao contraditório, à persuasão, além do diálogo entre divergentes — para a construção de consensos mínimos no enfrentamento de desafios comuns.

Porém, a cultura democrática está se enfraquecendo em várias partes do mundo, e também no Brasil. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Sivis,<sup>2</sup> 82,5% dos brasileiros aceitam um grau de relativização do regime democrático, concordando totalmente ou em parte que, em situação de crise, “não importa que o governo passe por cima de leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas e melhorar a vida da população”.

<sup>2</sup> Instituto Sivis; Instituto Votorantim. Valores em Crise. Disponível em: <https://sivis.org.br/wp-content/uploads/2020/08/RelatorioValoresEmCrisePrimeiraOnda.pdf>.

Não é de hoje que há certa desconfiança em relação à classe política. Uma camada significativa da população não se vê representada por seus mandatários, e grupos historicamente marginalizados não têm seus direitos garantidos, tampouco suas demandas legítimas reconhecidas, como é o caso das comunidades tradicionais, mulheres, pessoas negras e LGBTQI. Soma-se a isso a recessão econômica, escândalos de corrupção e distanciamento entre representantes e eleitores. Esses e outros aspectos culminaram em uma grave crise de representatividade em todo o globo.

Em meio a esse crescente ceticismo, governos populistas e autoritários se elegeram em diversos países como *outsiders* políticos, e discursos e práticas antidemocráticas ganharam espaço. A pandemia agravou essa situação, pois muitos governos têm se aproveitado do contexto de crise para adotar instrumentos próprios de períodos de exceção, ampliando seus poderes e enfraquecendo o sistema de freios e contrapesos. Assim, regimes democráticos têm sido minados por dentro. Para alguns, de maneira imperceptível. A “tomada e concentração de poder” por essas lideranças não é feita por golpes tradicionais com tanques nas ruas, mas pelo enfraquecimento das instituições e pelo silenciamento de vozes dissidentes.

Se o retrocesso democrático tem como ponto de inflexão a eleição de líderes populistas e autoritários, a cultura democrática e a ação cívica são antídotos fundamentais, e precisam ser fortalecidas de forma transversal, para engajar a população como um todo. Assim, a própria sociedade atuará como guardiã da democracia quando governos agirem em dissonância com valores democráticos.

## *Proteger as liberdades fundamentais*

Em democracias saudáveis, a busca de consensos para a tomada de decisões que afetam a coletividade é uma prioridade. O debate amplo e transparente é fundamental para que tais consensos sejam alcançados e isso só ocorre quando as pessoas podem manifestar suas opiniões livremente, incluindo aquelas que são críticas aos governos e ao poder público em geral. As políticas públicas se fortalecem a partir do diálogo entre diversos setores da sociedade, tornando-se mais plurais, transparentes e inclusivas.

Nesse contexto, é fundamental que as liberdades de expressão, de pensamento, de reunião, de associação, acadêmica e artística sejam respeitadas. Opositores do governo não podem ser vistos como inimigos do Estado. Vozes dissidentes não podem ser silenciadas por meio de censura, intimidação ou ameaças. A discordância faz parte do jogo democrático.

Regimes autoritários, por outro lado, são sustentados pelo aniquilamento das divergências, eis que a decisão de um deve ser automaticamente submetida a todos. Democracias são construídas em um ambiente de tolerância mútua e respeito à diferença.

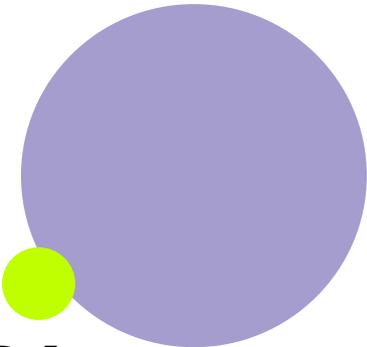
## *Salvaguardar a finalidade das instituições e dos mandatos*

A construção de uma democracia pressupõe instituições fortes, independentes e que operem dentro dos limites legais e constitucionais. O seu bom funcionamento garante acima de tudo a promoção do bem comum e do bem-estar da coletividade.

Sob a liderança de populistas e autoritários, instituições do Estado têm seus mandatos subvertidos e perdem sua função elementar de promover o interesse público. Órgãos fundamentais para a construção de políticas públicas são ocupados por pessoas com pouca ou nenhuma capacidade técnica, e por vezes, as pessoas nomeadas agem de forma contrária ao mandato e missão de suas próprias instituições. Em claro desvio de finalidade, nomeações e exonerações atendem a interesses privados, antidemocráticos e inconstitucionais ou, ainda, político-partidários.

Por meio da subversão dos mandatos, as instituições se tornam armas políticas utilizadas por aqueles que as controlam para obter benefícios pessoais, deixando os direitos da coletividade desprotegidos. Podem também ser usadas para perseguir cidadãos e cidadãos que deveriam proteger. Paradoxalmente, líderes populistas e autoritários eleitos pelo voto usam as próprias instituições da democracia para sufocá-la, de forma sutil e paulatina.

É fundamental fortalecer nossas instituições para que, em momentos de crise como o atual, elas ofereçam resistência constitucional aos retrocessos democráticos.



# CONHEÇA OS EIXOS E AS PROPOSTAS DA AGENDA

## “O ESPAÇO CÍVICO É O NOSSO ESPAÇO”

### **Eixo I:** Participação da sociedade civil

A participação e o engajamento cívicos em questões de interesse público são ingredientes fundamentais para a elaboração de políticas públicas inclusivas e eficazes. Restringir essa participação, bem como quaisquer outras formas de expressar conhecimento, crenças e opiniões sobre questões públicas é contrariar os preceitos mais básicos de uma democracia saudável.

### Propostas:

# 01

*Restabelecer o funcionamento e a participação inclusiva da sociedade civil em conselhos de políticas públicas e demais espaços de diálogo cívico, bem como fortalecer mecanismos institucionais de participação e controle social;*

A redução do espaço cívico pela supressão da participação social está em curso. Com a publicação do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019,<sup>3</sup> colegiados construídos para possibilitar a participação e o controle social das políticas públicas pela sociedade civil foram extintos. É preciso garantir o direito de a sociedade colaborar na elaboração de políticas públicas, por meio de contribuições embasadas em dados e evidências científicas — com base nas necessidades reais de cidadãs e cidadãos, e por

<sup>3</sup> Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137350](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137350).

meio do diálogo com tomadores de decisão dos três poderes do Estado. O direito de associar-se, expressar-se e agir livremente no âmbito da lei merece proteção.

A integração da sociedade é peça-chave da democracia participativa, permitindo a colaboração ativa da população na construção de políticas públicas e no controle social das decisões que lhes digam respeito. Além dos conselhos, é fundamental manter espaços e mecanismos institucionais de aproximação do governo com a sociedade civil, seja por meio de consultas, como ocorre nas audiências públicas no Congresso, ou por meio de espaços de escuta e interação, como ocorre em conferências nacionais ou regionais, por exemplo.

## 02

***Barrar qualquer tentativa de controlar e limitar a atuação da sociedade civil a partir de legislações ou instrumentos infralegais inconstitucionais;***

A restrição à participação cívica é um dos sintomas do autoritarismo e agride frontalmente nossa democracia em sua dimensão deliberativa. Quando barreiras são impostas à atuação da sociedade civil na construção de políticas públicas, a transparência e a proteção dos interesses públicos ficam afetadas e a participação no processo de tomada de decisão fica limitada.

Não podemos permitir que tais restrições ao envolvimento cívico sigam excluindo cidadãos e cidadãs de discussões que envolvem questões públicas, sob pena de darmos fim a um dos elementos basilares de nossa democracia: o debate livre e plural para a construção de políticas públicas participativas. Por essa razão, quaisquer normas ou medidas infralegais que possam, na prática, criminalizar movimentos sociais,

perseguir e vigiar ativistas ou controlar de forma nociva a sociedade civil devem ser rejeitadas em seu processo deliberativo ou suspensas pelo Judiciário, caso aprovadas pelo Congresso ou efetivadas pelo Executivo.

## 03

***Identificar e combater ações que restrinjam a capacidade da sociedade civil de acessar financiamento;***

A edição de medidas que limitam, ainda que de maneira indireta, o apoio financeiro, nacional ou internacional, além do acesso a fundos públicos ou privados, prejudica a manutenção e a atuação de entidades da sociedade civil. A atividade cívica pode ser asfixiada, seja pela constante imposição de barreiras burocráticas para o financiamento de organizações — como barreiras para formalização e captação de recursos —, seja pela restrição ao ingresso de ajuda internacional. Tais limitações drenam as capacidades institucionais de diversas organizações e restringem a sua participação no espaço cívico.

Para uma relação democrática saudável entre Estado e sociedade, é necessário reconhecer a relevância das entidades da sociedade civil, garantindo um ambiente de confiança e segurança jurídica. Ações que limitem a participação de tais organizações devem ser denunciadas como forma de restrição democrática, e medidas que tenham como premissa o seu fortalecimento institucional merecem ser apoiadas. O Estado, ao invés de privilegiar ações de recrudescimento da fiscalização e da vigilância das entidades, deve intensificar práticas para seu fortalecimento, inclusive aquelas relacionadas a seus meios de subsistência como o financiamento de suas ações, a fim de que elas possam cumprir suas finalidades públicas.

## **Eixo II:** Acesso à informação e livre circulação de ideias

O acesso à informação é fundamental para o monitoramento e para a avaliação das políticas públicas. Ele permite que a mídia, grupos cívicos e o setor privado acompanhem os atos dos governos e cobrem estratégias eficazes e inclusivas. A transparência é fundamental para o exercício da cidadania, já que a fiscalização social contribui para que os interesses da população sejam colocados em primeiro lugar. A livre circulação de ideias é também aspecto fundamental do espaço cívico. Pressupõe um ambiente em que opiniões divergentes possam ser expressas livremente, sem censura, perseguição ou intimidação, com base no respeito mútuo.

Também é necessário ampliar a voz de pessoas impactadas de maneira desproporcional pelas dinâmicas de exclusão e marginalização social, oferecendo o apoio necessário para que seu espaço no debate público seja ampliado. A supressão da expressão de ideias, opiniões, concepções e impulsos tem graves implicações para políticas públicas eficazes e inclusivas, as liberdades fundamentais e direitos civis e políticos.

Propostas:

# 04

***Proteger a Lei de Acesso à Informação de forma integral, garantindo o seu cumprimento e reprimindo o uso de mecanismos de restrição a dados e informações, exceto nos casos previstos em lei;***

Em uma democracia, o sigilo é a exceção, e a publicidade dos dados, especialmente os de interesse público, é a regra. Apesar disso, a transparência pública é uma das áreas com mais retrocessos no atual governo, com diversas tentativas de modificar a legislação acerca do tema. Além das inúmeras tentativas de modificar a Lei de Acesso à Informação, em 2020 somente 53,7% dos pedidos feitos com base neste dispositivo legal foram aceitos.<sup>4</sup>

A Lei de Acesso à Informação (LAI) representa um paradigma fundamental para a implementação da cultura de transparência na Administração Pública. O seu foco é a publicização de informações, com o cuidado de não expor dados pessoais. Nesse quesito, ela se harmoniza perfeitamente com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que visa proteger os dados pessoais e a privacidade de cidadãos e cidadãs, mantendo a transparência quanto a esses procedimentos.

Apesar de as normas não estarem em conflito, é preciso atentar para o fato de alguns gestores e servidores públicos utilizarem erroneamente a Lei Geral de Proteção de Dados para negar

4 Despenca índice de transparência do Exército na Lei de Acesso à Informação. O Globo. 14 de agosto de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/despenca-indice-de-transparencia-do-exercito-na-lei-de-acesso-informacao-24584499>.

acesso à informação. Nesse contexto, a fim de proteger o exercício da transparência regular, os órgãos e autoridades públicas devem coordenar suas ações para permitir a implementação de ambas as leis, cujo objetivo é solidificar elementos e valores democráticos.

05

***Barrar a edição de leis e coibir a utilização escusa de instrumentos jurídicos com o objetivo de perseguir críticos, cercear as liberdades de expressão, de imprensa e acadêmica e o debate, bem como intimidar e assediar judicialmente adversários;***

Em uma democracia, a construção de consensos é fundamental e, para que isso ocorra, todos devem ter espaço para expressar suas opiniões e, conseqüentemente, poder influenciar a opinião alheia. A divergência é natural e até mesmo saudável em um ambiente democrático. No entanto, temos observado o uso crescente e indevido do aparato de segurança pública e justiça criminal para perseguir críticos ao governo. Por meio da intimidação e do assédio judicial, busca-se calar vozes dissidentes. Além disso, também é preocupante o avanço dos ataques virtuais e físicos a veículos, jornalistas, acadêmicos e políticos.

Tais ameaças causam um alarmante declínio da liberdade de expressão e de imprensa. Para barrar este retrocesso e garantir um ambiente seguro para a manifestação de divergências, é preciso coibir a violência e intimidação de jornalistas e acadêmicos, a desqualificação e a estigmatização pública de

órgãos de imprensa e, ainda, a disseminação de campanhas de desinformação por parte de agentes públicos. Também é necessário impedir a criação, ou até mesmo a manutenção, de instrumentos jurídicos que possam legitimar a perseguição e o assédio judicial contra adversários políticos ou críticos de modo geral.

06

***Frear a proliferação de medidas do governo que usam tecnologia para aumentar o controle e a vigilância sobre a população, a fim de resguardar a privacidade de cidadãos e cidadãos e a livre circulação de ideias.***

O controle de dados sensíveis de cidadãos e cidadãos, a fim de vigiá-los e, eventualmente, puni-los, é prática comum em governos autoritários, que se utilizam do aparato estatal e seus órgãos de inteligência para monitorar a sociedade. A vigilância do Estado sobre a população viola o direito à privacidade por meio da coleta de informações e do monitoramento para fins de controle e supervisão. Geralmente essa violação é direcionada a grupos específicos percebidos como “ameaças” pelo Estado, a exemplo dos dossiês secretos com motivações políticas. Quando o Estado adota medidas de vigilantismo, instaura-se um processo de censura velada, no qual os indivíduos, principalmente aqueles que fazem oposição ao governo, sentem-se observados e, por isso, passam a restringir a manifestação de suas opiniões.

Em contrapartida, temos à nossa disposição uma Lei Geral de Proteção de Dados, que entrou em vigor em 2020 e é fundamental para conter tais ameaças. Ela se ocupa do manejo de dados pessoais da esfera íntima de

cada cidadão, limitando o compartilhamento indiscriminado de dados pelo poder público e regulamentando o uso de dados de cidadãos e cidadãos para fins de segurança pública e nacional, de maneira discriminada. Temos diante de nós, portanto, um desafio de proteção da privacidade individual frente ao vigilantismo e a legislação vigente sobre o tema se coloca como uma grande aliada, quando aplicada da maneira correta. A sua regulamentação, no entanto, depende de lei complementar, pendente de discussão na Câmara. Enquanto o tema não avança, fica nas mãos do Judiciário a imposição de barreiras ao vigilantismo do Estado.

## **Eixo III: Combate à desinformação e repúdio ao discurso estigmatizante**

Discursos estigmatizantes, com o objetivo de promover o ódio, incitar a violência, difamar e minar a credibilidade de pessoas têm graves consequências para um ambiente democrático. A disseminação de notícias falsas e de campanhas de desinformação, com o interesse de garantir o apoio da opinião pública, também são uma ameaça direta à pluralidade de ideias, e podem gerar efeitos catastróficos, como experimentado durante a pandemia do novo coronavírus no Brasil e mundo afora.

### *Propostas:*

# 07

***Responsabilizar autoridades públicas<sup>5</sup> pela disseminação de notícias falsas e campanhas de desinformação, atentando para o poder das redes sociais como instrumento de construção da opinião pública;***

*Fake news* e campanhas de desinformação têm sido utilizadas, com frequência, como arma política por autoridades públicas dos mais diversos matizes ideológicos, e a sua disseminação vem sendo facilitada pelas redes sociais. No que diz respeito ao uso desses expedientes tóxicos, é especialmente preocupante o envolvimento de figuras públicas, que se utilizam de seus cargos, eletivos ou não, para desinformar e arregimentar seguidores fiéis.

Nesse contexto, percebe-se grande influência de discursos amplamente disseminados nas redes sociais no comportamento da população, em especial quando proferidos por autoridades públicas, que possuem amplo alcance e inspiram confiança em razão do cargo que ocupam. Esse conjunto de falas e posicionamentos enganosos merece reprimenda, na medida em que causa danos concretos à coletividade.

<sup>5</sup> É do nosso conhecimento a necessidade imperativa de aprofundarmos o debate em relação aos limites à liberdade de expressão em relação às fake news e campanhas de desinformação disseminadas por atores dos mais diversos segmentos da sociedade. No entanto, como o objetivo desta Agenda é endereçar questões para os representantes dos três poderes, nos limitamos, neste documento, a tratar do caso das autoridades públicas.

## 08

***Rechaçar discursos estigmatizantes que envolvam incitação à violência contra críticos e opositores, desrespeito a minorias e a ameaça aos demais poderes e ao funcionamento democrático das instituições. Ao mesmo tempo, cobrar das instituições a responsabilização desses autores através de mecanismos legais;***

O crescente abuso do direito à livre manifestação perpetrado por lideranças e autoridades públicas tem desestabilizado as instituições e atraído apoiadores de setores radicalizados da população. É preciso diferenciar a liberdade de expressão de discursos estigmatizantes, que incitam o ódio e a violência contra a imprensa, as instituições e os críticos. A própria liberdade digital vem sendo utilizada por extremistas para influenciar o jogo político por meio de tecnologias de manipulação em massa. As redes sociais passaram a ser o principal instrumento de disseminação de discursos de ódio e de incitação à perseguição de adversários políticos. Além dos críticos ao governo, minorias étnicas e raciais e outros grupos vulneráveis são os alvos preferenciais de tais violações de direitos civis e políticos.

A incitação ao descumprimento de ordens de entes federativos, o desrespeito aos demais poderes e o discurso de ódio merecem responsabilização de maneira imediata por parte de todos os personagens institucionais que têm compromisso com a salvaguarda da democracia.

## 09

***Exigir transparência governamental ativa na disponibilização de dados, incluindo dados sobre gastos públicos, a fim de garantir o monitoramento da atuação do Estado, pela sociedade, em prol do interesse público;***

A disponibilização de dados é fundamental para o controle social. O acesso às informações governamentais torna mais democrática e transparente a relação entre o Estado e a sociedade civil. Quando a falta de transparência se reflete nos gastos realizados pelo Estado, por exemplo, impossibilitando a fiscalização e a cobrança pela aplicação responsável desses recursos, isso acaba permitindo o manejo sem controle do dinheiro público.

Por isso, é importante que estejamos vigilantes em relação aos sigilos ilegítimos e às práticas de censura, ainda que indiretas, para que possamos cobrar das autoridades públicas a proteção ao nosso direito à informação, especialmente àquelas que envolvem temas de direitos humanos.

## **Eixo IV:** Retomada da finalidade democrática das instituições e salvaguarda do interesse público

É fundamental que as prerrogativas institucionais e mandatos de órgãos-chave sejam protegidos. A utilização do aparato estatal para fins privados ou a colocação de pessoas sem conhecimento técnico na liderança de instituições públicas podem caracterizar desvio de finalidade e ameaçar o interesse público. Além disso, a separação entre os três poderes é aspecto fundamental do sistema de freios e contrapesos e qualquer tentativa de ampliação de um desses poderes em detrimento dos demais representa uma ameaça direta à democracia.

### *Propostas:*

# 10

***Garantir o cumprimento da finalidade dos mandatos das instituições, e fiscalizar nomeações inapropriadas que atentem contra o interesse público;***

Lideranças populistas e autoritárias promovem o enfraquecimento gradual de instituições e a subversão de mandatos de órgãos fundamentais para a garantia de direitos e liberdades. Isso gera a perseguição de

funcionários públicos que acabam optando pela autocensura, tendo a sua capacidade de atuar de acordo com o interesse público reduzida. Como resultado, há a degradação da qualidade e da transparência de políticas públicas em áreas vitais como saúde, educação, segurança pública, meio ambiente, política externa e direitos humanos.

Atores políticos não podem se aproveitar de sua posição para ganho pessoal, impedindo a responsabilidade gerencial básica ou atuando contrariamente ao interesse e à finalidade pública, sob pena de incorrer em abuso de poder. A interferência política em nomeações e exonerações com finalidades escusas deve ser sancionada e repreendida.

# 11

***Reafirmar a importância da separação entre os poderes, além de rechaçar o jogo duro constitucional, a fim de garantir o pleno funcionamento do sistema de freios e contrapesos;***

Quando atores políticos passam a explorar prerrogativas institucionais de maneira incontida, forçando os limites da legalidade, temos o que o especialista em Direito e em teoria constitucional Mark Tushnet chama de “jogo duro constitucional”. Para que isso não ocorra, a reserva institucional é crucial. Ela consiste na autocontenção dos poderes no uso de suas prerrogativas, ainda que tenham o direito legal de fazê-lo. Tal prática impede ações que, embora estejam de acordo com a letra da lei, contrariam o seu espírito.

A história já nos ensinou que presidentes sem comedimento podem aparelhar o Judiciário, controlar o Congresso e governar via decreto. Essa forma de controle político,

cujo objetivo é derrotar adversários, limita o pleno funcionamento do sistema de freios e contrapesos, aumentando as chances de abusos por parte do governo, justamente por encontrarem menos resistência nos demais poderes. Por tal razão, a reserva institucional é fundamental para manter o equilíbrio entre os poderes e, por via de consequência, a nossa democracia.

A agenda “O Espaço Cívico é o Nosso Espaço” traz os princípios básicos, além de propostas para a retomada e fortalecimento do espaço cívico, onde as garantias fundamentais são respeitadas, promovendo assim uma democracia saudável.

As tabelas abaixo sugerem ações concretas, que podem ser realizadas por cidadãos e cidadãos, lideranças cívicas e organizações em diversos âmbitos, alinhadas aos princípios e propostas descritas nesta agenda.

Vale notar que as propostas elencadas na tabela a seguir levam em conta o sistema político brasileiro e, por essa razão, podem não ser automaticamente transferíveis para outros contextos e realidades mundo afora.

**Tabela 1 - Ações direcionadas a indivíduos**

<b>Tipo de ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplo</b>
<b>Busca de informação para formar opinião</b>	A informação é essencial para a formação de opinião, por isso é importante que cada cidadão busque se manter informado a partir de fatos comprovados e estudos que tenham credibilidade sobre temas de interesse. É muito importante escolher bem as suas fontes e redobrar o cuidado para não disseminar notícias falsas.	<p>Buscar informações em mais de um veículo.</p> <p>Consultar organizações dedicadas à checagem de fatos, como a Agência Lupa e a Aos Fatos.</p>
<b>Disseminação de conteúdo de qualidade</b>	Após informar-se, cada cidadão pode amplificar o acesso a estudos e pesquisas de interesse público a partir da disseminação de tais conteúdos em suas redes e sua comunidade.	<p>Compartilhar informações de interesse público em seu Facebook, Instagram, Twitter ou Whatsapp.</p> <p>Divulgar em suas redes e círculos sociais o trabalho de veículos e/ou pesquisadores que produzem conteúdos de qualidade.</p>
<b>Participação ativa no debate público</b>	Todo e qualquer cidadão pode participar ativamente do debate público respeitoso e construtivo, fomentando-o em todos os espaços e círculos de convivência. É importante que se busque convergências entre linhas de pensamento e que se entenda que discordar de forma respeitosa é normal. Isso ajuda a despolarizar e desradicalizar o debate.	<p>Fomentar debates saudáveis e se comunicar de forma não violenta.</p> <p>Aprender a ouvir opiniões diferentes das suas e buscar entendê-las.</p> <p>Não responder na mesma moeda se for agredido nas redes sociais.</p>
<b>Escolha responsável de representantes</b>	A escolha de representantes, por meio do voto, de forma responsável pressupõe o conhecimento das propostas e das ações de candidatos e autoridades. O monitoramento dos mandatos permite que autoridades que desviaram do interesse público não sejam reeleitas. Já o acompanhamento das propostas de cada candidato pode ajudar cada cidadão a escolher líderes com objetivos relevantes e republicanos.	<p>Pesquisar as propostas de cada candidato e avaliar a viabilidade de cada uma delas.</p> <p>Acompanhar as votações no Congresso para saber quais parlamentares votaram a favor ou contra projetos de interesse público.</p> <p>Analisar o histórico dos candidatos na política.</p>

Tipo de ação	Descrição	Exemplo
<p><b>Apoio a lideranças comprometidas</b></p>	<p>O apoio a lideranças comprometidas com o interesse público e com o conhecimento de ponta contribui para a divulgação de campanhas honestas e responsáveis, além de fortalecer líderes verdadeiramente engajados. O apoio da sociedade é essencial para um ambiente político mais democrático e participativo, evitando que apenas candidaturas com alta capacidade de financiamento sejam consideradas. Também é importante estar atento para não apoiar ideias e propostas que contrariem garantias legais e direitos constitucionais, além de desconfiar de soluções mágicas e populistas. Salvadores da pátria não existem.</p>	<p>Divulgar o perfil de lideranças comprometidas em suas redes.</p> <p>Realizar doações para campanhas.</p> <p>Atentar para ideias e propostas que ferem garantias legais e direitos constitucionais, como aquelas que discriminam grupos sociais.</p>
<p><b>Cobrança e monitoramento constante das autoridades públicas</b></p>	<p>O monitoramento dos mandatos e a cobrança de resultados vale para vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, prefeitos, governadores e presidente da República. É preciso estar atento ao papel e às responsabilidades de cada nível de governo. A fiscalização das autoridades públicas é essencial para evitar reeleição de maus gestores, além de possibilitar a cobrança de responsabilização em caso de desvios.</p>	<p>Acompanhar o trabalho de organizações que fazem análises e atuam na defesa de políticas públicas baseadas em evidências.</p> <p>Escrever para seus representantes eleitos para cobrar determinadas ações.</p> <p>Lembrar das propostas feitas em campanha e cobrar a sua realização ao longo do mandato.</p>

**Tabela 2. Ações direcionadas às organizações**

<b>Tipo de ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplo</b>
<b>Pesquisa</b>	O conhecimento técnico sobre os temas de interesse irá subsidiar todas as demais ações estratégicas. Quanto mais cidadãos, cidadãos e organizações se apropriam de assuntos relevantes, mais legitimidade se tem para participar de debates sobre temas de interesse público, influenciar tomadores de decisão e diagnosticar os problemas-chave, bem como possíveis soluções.	<p>Produção de dados primários e pesquisas com fontes secundárias.</p> <p>Formular argumentos baseados em dados.</p> <p>Realização de estudos comparativos com outros países.</p> <p>Análise de propostas legislativas e identificação de possíveis riscos.</p> <p>Mapeamento de ameaças.</p> <p>Identificação de práticas promissoras.</p>
<b>Incidência no Legislativo</b>	Ações de advocacy e comunicação estratégica junto aos legisladores que estão propondo e/ou são relatores de projetos de lei ou decretos legislativos que afetam diretamente a atuação da sociedade civil.	<p>Reuniões.</p> <p>Envio de insumos técnicos.</p> <p>Participação em audiências públicas.</p> <p>Incentivar respostas legislativas às ameaças concretizadas por outros poderes.</p>

Tipo de ação	Descrição	Exemplo
<b>Litigância estratégica</b>	<p>A litigância envolve mover ações na Justiça e atuar perante o Judiciário. Quando nos referimos à litigância estratégica, ampliamos esse conceito para abranger, além da atuação litigiosa junto aos tribunais, ações de advocacy e comunicação, com o objetivo de viabilizar políticas públicas que efetivem direitos e de criar precedentes capazes de serem aplicados a casos similares. Esta é uma ferramenta cada vez mais necessária para implementar direitos e conter retrocessos.</p>	<p>Propositura de ações populares.</p> <p>Ingresso em ações de controle de constitucionalidade concentrado de interesse público como <i>amicus curiae</i>,<sup>6</sup> a fim de oferecer subsídios técnicos à Corte, e levar ao conhecimento dos magistrados assuntos não jurídicos que estejam inseridos na expertise da organização.</p> <p>Realização de audiências com magistrados para discutir casos emblemáticos e de interesse público.</p> <p>Disponibilização de subsídios técnicos para tomada de decisões informadas.</p> <p>Interlocução com personagens com competência para ingressar com ações específicas no Judiciário, como é o caso do Ministério Público e da Defensoria Pública, legitimados para ingressar com ações coletivas, por exemplo, e dos partidos políticos, legitimados para ajuizar ações de controle de constitucionalidade.</p>
<b>Comunicação</b>	<p>Com vistas a informar e pautar a opinião pública e influenciar gestores e tomadores de decisões, uma estratégia de comunicação ampla que inclua campanhas, artigos, reportagens e outras manifestações nas redes sociais pode ser bastante eficaz.</p>	<p>Campanhas de pressão, com envio de e-mails para autoridades.</p> <p>Posicionamento nos meios de comunicação (artigos de opinião, sugestões de reportagens, entrevistas para jornais, rádios, TVs, e canais de redes sociais).</p> <p>Campanhas para redes sociais.</p> <p>Abaixo-assinado.</p> <p>Nota pública.</p> <p>Checagem de fatos.</p> <p>Atos públicos.</p>

<sup>6</sup> *Amicus curiae* ou amigo da corte refere-se a uma instituição que se propõe a fornecer subsídios às decisões dos tribunais, oferecendo-lhes melhor base para questões relevantes e de grande impacto.

continuação da tabela

<b>Tipo de ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplo</b>
<b>Participação em redes nacionais e internacionais de advocacy</b>	A participação nas redes contribui para uma atuação em bloco. Além disso, também serve para ampliar canais de comunicação, de troca de aprendizados, e de disseminação de conteúdo.	Denúncias e demandas de ação na ONU, Tribunal Penal Internacional (TPI), Corte Interamericana de Direitos Humanos, e outros organismos nacionais, regionais e internacionais.
<b>Estímulo à transparência</b>	A participação cívica só se torna possível quando as práticas governamentais estão acessíveis para monitoramento e fiscalização da população em geral. Estimular a transparência significa ajudar a disponibilizar informações de interesse público para a sociedade, tornando-a a principal guardiã da coisa pública.	Fazer solicitações via Lei de Acesso à Informação.  Organizar, disponibilizar e disseminar dados sobre os mais diversos temas.  Analisar criticamente a determinação de sigilo pelo Estado.
<b>Presença em espaços institucionalizados de participação</b>	Os espaços institucionalizados de participação são de fundamental importância para que demandas, insumos técnicos e outras questões sejam transmitidos a gestores e tomadores de decisão por um canal formal de comunicação, viabilizando o engajamento cívico.	Participação em conselhos de políticas públicas.

Tipo de ação	Descrição	Exemplo
<p><b>Mobilização e engajamento off-line e on-line</b></p>	<p>Envolvimento de um grupo de pessoas, comunidade, movimentos que se organizam e se coordenam para atuar em prol de um objetivo comum, decididos de maneira coletiva, e que de diferentes formas, promova o interesse da comunidade, seja de forma pontual ou perene. A mobilização on-line tem o potencial de fortalecer contranarrativas ao discurso de ódio e de estigmatização centradas nas perspectivas das minorias, promovendo a cidadania digital, acessibilidade, capacitação e qualificação.</p>	<p>Engajar-se em redes de organizações da sociedade civil, frentes de atuação e compromissos.</p> <p>Incentivar, apoiar e estimular o engajamento cívico de todas e todos nos âmbitos de sua atuação.</p> <p>Compartilhar conhecimento, capacitar e apoiar o engajamento de novas lideranças e ativistas.</p>
<p><b>Criação e fortalecimento de espaços de debates</b></p>	<p>Fomentar o debate amplo, embasado, respeitoso e plural acerca de temas de interesse público, com a participação de atores dos mais diversos setores da sociedade. O diálogo enriquece as discussões, possibilita a soma de esforços em prol do bem comum e fortalece o ambiente democrático, além de dar visibilidade a grupos vulneráveis.</p>	<p>Criação de grupos de trabalho e redes.</p> <p>Apoio técnico ou financeiro para coletivos e movimentos.</p>

***Conheça nossa plataforma completa de proteção do espaço cívico em:***

<https://igarape.org.br/espaco-civico>



# INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, dedicado à integração das agendas de segurança, clima e desenvolvimento. Nosso objetivo é propor soluções e parcerias a desafios globais por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e comunicação. Somos uma instituição sem fins lucrativos, independente e apartidária, com sede no Rio de Janeiro, mas cuja atuação transcende fronteiras locais, nacionais e regionais. Premiada como a melhor ONG de Direitos Humanos no ano de 2018, o melhor think tank em política social pela Prospect Magazine em 2019 e considerada pelo Instituto Doar, pelo segundo ano consecutivo, como uma das 100 melhores organizações brasileiras do terceiro setor.

## **Instituto Igarapé**

Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114  
[contato@igarape.org.br](mailto:contato@igarape.org.br)  
[facebook.com/institutoigarape](https://www.facebook.com/institutoigarape)  
[twitter.com/igarape\\_org](https://twitter.com/igarape_org)

**[www.igarape.org.br](http://www.igarape.org.br)**

## **Direção criativa e layout**

Raphael Durão - [STORMdesign.com.br](http://STORMdesign.com.br)

